



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1509
K

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0275099-2 (N.P.U. 0000028-60.2005.8.17.0610)

Embargante: Construtora N. Brandão Ltda.

Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. O acórdão embargado orientou-se no sentido de que os réus da Ação de Improbidade Administrativa, a empresa J.P. Construções s/c Ltda., e o Sr. Severino Bernardo de Lima (herdeiros), ex Prefeito do Município de Calumbi no período de 1997 a 2000, praticaram atos de improbidade administrativa consistentes no pagamento de aluguel de apartamento localizado em Recife, na dispensa indevida de licitação para contratação de serviços contábeis e no pagamento por serviços não realizados em 24 (vinte e quatro) escolas do Município, em diversos postos de saúde e na Escola General Tácito. Em razão disso, foram-lhes imputadas as penas de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 03 anos e pagamento de multa civil no importe de 03 (três) vezes o valor da remuneração do ex prefeito no último mês de seu mandato, além da obrigação de ressarcir integralmente o dano, acrescidos juros e correção monetária, cujo valor deve ser apurado em liquidação.

2. A questão em tela foi devidamente enfrentada, e os fundamentos da decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado, atento ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

fato de que o juiz não está adstrito a julgar a lide analisando todas as alegações das partes.

3. Não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não servindo, os aclaratórios, como meio hábil para a rediscussão de matéria.

4. Embargos de Declaração rejeitados por decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0275099-2, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

P. R. I.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1511
P

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0275099-2 (N.P.U. 0000028-60.2005.8.17.0610)

Embargante: Construtora N. Brandão Ltda.

Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Construtora N. Brandão Ltda. em face de acórdão que negou provimento ao Apelo, mantendo a sentença que, nos autos da Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público contra a embargante, a empresa J.P. Construções s/c Ltda., e o Sr. Severino Bernardo de Lima (herdeiros), ex Prefeito do Município de Calumbi no período de 1997 a 2000, julgou parcialmente procedente o pedido, reconhecendo que os réus praticaram ato de improbidade administrativa consistente no pagamento de aluguel de apartamento localizado em Recife, na dispensa indevida de licitação para contratação de serviços contábeis e no pagamento por serviços não realizados em 24 (vinte e quatro) escolas do Município, em diversos postos de saúde e na Escola General Tácito, condenando-os nas penas de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 03 anos e pagamento de multa civil no importe de 03 (três) vezes o valor da remuneração do ex prefeito no último mês de seu mandato, além da obrigação de ressarcir integralmente o dano, acrescidos juros e correção monetária, cujo valor deve ser apurado em liquidação.

A Construtora interpôs os presentes Embargos, sustentando a existência de obscuridade no acórdão embargado, tendo em vista que, segundo entende, esta e. Corte não analisou os argumentos trazidos pelos réus da ação de improbidade, apenas amparando sua decisão nos entendimentos do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

É o relatório.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1512
P

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0275099-2 (N.P.U. 0000028-60.2005.8.17.0610)

Embargante: Construtora N. Brandão Ltda.

Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Com relação aos Embargos de Declaração, cumpre esclarecer que o julgador não está adstrito a julgar a lide analisando todas as alegações das partes.

Nesse sentido, colhe-se decisão do STJ, tendo como relator o Eminentíssimo Ministro Humberto Martins:

STJ: "PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO JULGADO. INCONFORMAÇÃO COM A TESE ADOTADA PELA SEGUNDA TURMA. 1. O embargante, inconformado, busca efeitos modificativos com a oposição destes embargos declaratórios uma vez que pretende ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese. 2. Não há vício algum no acórdão que reitera a fundamentação constante na decisão monocrática, desde que a prestação jurisdicional seja dada na medida da pretensão deduzida. As alegações contidas no agravo regimental não podem inovar as razões que foram suscitadas no recurso especial. 3. Assim, se as questões colocadas o julgamento são as mesmas, não há ilegalidade alguma em se reiterar a fundamentação da decisão, submetendo-a ao conhecimento e aprovação do órgão colegiado. 4. Por fim, é cediço que o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas, ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu. Embargos de declaração rejeitados". (grifei) (EDcl no AgRg no REsp 1295636 / RS. DJe 18/06/2012. Decisão unânime).

CSM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1513
a

A decisão embargada enfrentou todas as questões relevantes, analisando detidamente os fundamentos pertinentes, apenas não atendendo a tese defendida pela Construtora.

Na verdade, a questão deduzida nos embargos não condiz com quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil, pois pretende a parte apenas a rediscussão da matéria *sub judice*, o que não é, neste momento processual, admitido.

Importa trazer à colação os seguintes julgados do STJ e deste e. Tribunal de Justiça, assim ementados:

STJ: *"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO DO JULGADO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO PREVISTO NO ART. 535 DO CPC. 1. Pedido da parte embargante que se restringe à rediscussão do mérito, via para a qual os embargos de declaração não se prestam, pois que recurso de integração e não de substituição. 2. Mesmo que se considere que o objetivo da parte embargante seja o de prequestionamento, o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe, necessariamente, haver a existência de vício descrito no art. 535 do CPC, o que não é o caso dos autos. 3. Embargos de declaração rejeitados".* (grifei) (STJ, EDcl no AgRg no AREsp 82192 / RJ. DJe 07/08/2012. Ministra Maria Isabel Gallotti. Decisão unânime).

TJPE: *"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. VIA ELEITA INADEQUADA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS. Os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão da causa, mas sim à mera integração do julgado, com base nas hipóteses previstas no art. 535, CPC. Nesse sentido, não se deve confundir omissões e/ou contradições com inconformismo. Uma vez irresignada com o julgado, devia a parte interessada manejar o recurso adequado ao seu desafio, e não se valer dos presentes aclaratórios, cuja natureza, por essência, é integrativa. Embargos Declaratórios conhecidos, porém rejeitados à unanimidade de votos".* (Embargos de Declaração nº 192362-2/02. Relator: Luiz Carlos Figueiredo. Julgado em 29/3/2011).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1514
P

Sendo assim, voto no sentido de rejeitar os embargos declaratórios interpostos.

É como voto.

Recife, 24 de 07 de 2013.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator